



Magri: "Difícil é mostrar a trabalhador que não haverá perdas"

Seguridade poderá ter um novo órgão

(R2)
A reforma administrativa anunciada pelo novo governo prevê a criação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A autarquia vai acumular as atuais funções do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapás) e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A fusão foi confirmada ontem pelo novo ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Rogério Magri, que administrará o novo superinstituto.

O INSS ficará vinculado diretamente ao gabinete do ministro e tem uma previsão de arrecadação próxima a US\$ 30 bilhões para este ano, a preços de janeiro. Em 1989 o Iapás arrecadou US\$ 21 bilhões. Caberá ao novo instituto arrecadar, conceder benefícios e pagar aos aposentados e pensionistas. O Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) foi incorporado ao Ministério da Saúde.

Contribuição

O orçamento do antigo Iapás para este ano foi estimado em NCz\$ 10 bilhões, e o do INPS NCz\$ 375,6 bilhões, a preços de janeiro deste ano. O ministro Magri acredita que não será necessário o aumento da contribuição da previdência por parte de empregados,

trabalhadores e autônomos. Mas admitiu esta hipótese "se o governo garantir um melhor atendimento aos beneficiários".

Ontem o ministro Magri esteve reunido por duas horas com o ex-ministro da Previdência, Jader Barbalho, para tomar informações sobre a parte burocrática da pasta. Ouviu de Barbalho um conselho: prioridade para a informatização dos postos de atendimento ao segurado. Atualmente existem 52 postos informatizados. Magri ficou satisfeito com o orçamento para a seguridade social — de NCz\$ 400 bilhões para 1990 — que "permitirá alguns planos".

O novo ministro vai administrar 32,4 milhões de segurados, uma população maior que o Canadá, França e Argentina. Destes, 12 milhões são de aposentados e pensionistas.

Dificuldade

Antônio Rogério Magri revelou que a sua maior dificuldade no novo cargo será o processo de esclarecimento aos trabalhadores de que o plano econômico a ser adotado pelo governo Collor não provocará perdas salariais nem demissões. A fase de maior turbulência na administração do novo plano será, na opinião de Magri, o mês seguinte ao anúncio das medidas.